



PROJETO |

FOME E POBREZA NA BAHIA

**PANORAMA DA POBREZA
E DA SEGURANÇA
ALIMENTAR NA BAHIA**



SALVADOR
Setembro de 2024

publicações
SEI



PROJETO |

FOME E POBREZA NA BAHIA

**PANORAMA DA POBREZA
E DA SEGURANÇA
ALIMENTAR NA BAHIA**



Institucional

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Jerônimo Rodrigues

VICE-GOVERNADOR

Geraldo Júnior

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS

Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS

Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS

Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS

Rodrigo Barbosa de Cerqueira

Ficha Técnica

Equipe de Elaboração

Ítalo Estrela de Souza Sá

Lis Helena de Souza Borges Lucigleide Nery

Nascimento Rodrigo Barbosa de Cerqueira

Silvânia Ferreira Conceição

Editoria-geral

Elisabete Cristina Barretto Guanaís

Editoria de Arte/Produção Ludmila

Nagamatsu

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Capa

Julio Vilela

Editoração

Caíque Alves (estagiário)

Foto

Jcomp - Freepik.com







LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único
DIPEQ	Diretoria de Pesquisas
EBIA	Escala Brasileira de Segurança Alimentar
GT	Grupo de trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia





Sumário

9	APRESENTAÇÃO
10	Destaques
11	PANORAMA DA POBREZA NO ESTADO DA BAHIA
12	Perspectiva histórica
14	Taxa de desocupação e informalidade
15	Rendimento
16	Arranjo domiciliar
16	Condições de moradia
18	Cadastro Único: beneficiários do Bolsa Família e população em situação de rua
19	PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DA BAHIA
21	PERSPECTIVA HISTÓRICA
25	INSEGURANÇA ALIMENTAR NA BAHIA EM 2023
27	PERFIL DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NA BAHIA EM 2023
27	Situação do domicílio
28	Sexo do responsável pelo domicílio
28	Cor ou raça do responsável pelo domicílio
29	Instrução
29	Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal do responsável pelo domicílio
30	Faixa de idade dos moradores
30	Número de moradores
30	Renda mensal domiciliar per capita
33	CONSIDERAÇÕES FINAIS
35	REFERÊNCIAS





APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de produzir informações qualificadas para subsidiar a elaboração de políticas públicas para o estado, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) criou, em 2022, o Grupo de Trabalho (GT), conforme previsto pela Portaria SEI nº 04, de 24 de janeiro de 2023 (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2023). O GT SEI teve como finalidade a elaboração de diagnóstico e produção de evidências científicas a fim de subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas destinadas à erradicação da miséria, redução da pobreza e o combate à fome no estado da Bahia.

De forma tempestiva, foi elaborado o relatório Fome e Pobreza, que contou com um panorama da fome e da pobreza no estado, experiências exitosas realizadas por outros entes de governo e apontamento de evidências presentes em estudos acadêmicos. Diante da escassez de informações atualizadas e desagregadas no âmbito de municípios, foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2022, além dos disponíveis na PNAD Contínua de 2021 e 2022, no CadÚnico e as informações sobre segurança alimentar produzidas pela Rede PENSSAN.

Este presente documento consiste na atualização do trabalho realizado pelo GT de 2022 da SEI e representa uma das entregas incorporadas ao III Plano Estadual de Segurança Alimentar (Plansan). Neste trabalho, as informações estão agrupadas em três blocos: (i) o primeiro, sintetiza os principais dados sobre pobreza e segurança alimentar no estado presentes nos dois segmentos subsequentes; (ii) o segundo, apresenta um conjunto de informações sobre a condição de pobreza da população baiana com base nos dados atualizados da PNAD Contínua e do CadÚnico, considerando a renda domiciliar per capita de R\$ 218,00, recorte de renda do público-alvo do Programa Bolsa Família, estabelecida pelo Decreto nº 11.566 (Brasil, 2023); (iii) o terceiro, explora os resultados do módulo de segurança alimentar da PNAD Contínua, referente ao quarto trimestre de 2023, divulgado em abril de 2024.

A SEI, através deste estudo, e ao disponibilizar o diagnóstico para o enfrentamento da fome e pobreza, considerando a realidade baiana, busca contribuir com os(as) tomadores(as) de decisão no alcance da segurança alimentar no estado.

Destaques

- Insegurança alimentar grave foi relatada em 6,1% dos domicílios, o que significa que pode ter havido fome em cerca de 339 mil lares baianos.
- O estado ocupou o sexto lugar no ranking nacional, em termos de maior percentual de insegurança alimentar.
- Quanto menor a renda, maior a chance de o domicílio estar em insegurança alimentar.
- Em 2023, 9,2% da população do estado vivia com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 218,00. Esse foi o menor percentual, quando analisada a série histórica de 2012 a 2023.
- De 2012 até 2014, proporcionalmente, havia mais pessoas na área rural em condição de pobreza em comparação à área urbana. A partir de 2015, essa relação se inverte, e o percentual da população em situação de pobreza passa a ser maior na área urbana.
- A insegurança alimentar foi maior, proporcionalmente, na zona rural do estado.
- Nos domicílios em que as mulheres eram as responsáveis, a ocorrência de insegurança alimentar foi maior em todos os níveis.
- Em 2023, havia 18,4% de domicílios chefiados por mulheres em situação de pobreza, segundo menor quantitativo da série de 2012 a 2023 (o menor foi em 2014, com 8,1% dos domicílios).
- A fome na Bahia tem cor/raça, e essa é preeminentemente negra.
- 64,9% dos domicílios em IA têm chefes com grau de instrução igual ou inferior a ensino médio incompleto ou equivalente.
- Posição em ocupações mais estáveis contribuem para a segurança alimentar.
- Entre os domicílios mais pobres do estado, 8,9% não possui geladeira.
- Em 2022, quase 39% dos domicílios baianos em situação de pobreza utilizavam lenha, carvão ou outro combustível para cozinhar.
- A insegurança alimentar atingiu mais fortemente os mais jovens, incluindo crianças, o que traz preocupação em termos de possíveis atrasos no crescimento e dificuldades de aprendizado.
- Domicílios com sete ou mais moradores apresentaram maior incidência de algum nível de IA, em comparação aos domicílios com até três moradores ou entre quatro a seis moradores.
- O percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar na Bahia (40,0%) ultrapassou os índices do Nordeste (38,8%) e do Brasil (27,6%).
- Comparando os dados disponíveis para o período de 2004 a 2023, houve redução da IA grave e aumento da IA leve, desconsiderando o período da pandemia.
- Em comparação à pandemia, houve redução em todos os níveis de IA.
- No segundo trimestre de 2024, 11,1% da população baiana com 14 anos ou mais estava desocupada.
- Entre os ocupados, 49,4% estavam realizando atividades informais, ou seja, sem carteira de trabalho assinada ou registro no CNPJ.
- No segundo trimestre de 2024, o rendimento médio real do trabalho principal dos baianos foi de R\$ 2.134,00. Quando considerada a média real de todos os trabalhos, o valor passa a ser de R\$ 2.206,00.
- Em julho de 2024, havia 6.120.508 beneficiários do Programa Bolsa Família cadastrados no CadÚnico, o que equivale a cerca de 40,0% da estimativa da população do estado.
- Havia 13.700 famílias em situação de rua na Bahia, cadastradas no CadÚnico (julho de 2024). Salvador era a cidade com o maior número de famílias cadastradas, abrigoando 62,3% das famílias.



PANORAMA DA POBREZA NO ESTADO DA BAHIA

A questão alimentar e nutricional no Brasil possui relação com diferentes interesses e abrange diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem como princípio defender o direito de todos ao “[...] acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (Brasil, 2006).

A aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em estudos populacionais possibilita que os pesquisadores identifiquem domicílios onde a qualidade e a quantidade de alimentos consumidos pelos moradores estão comprometidas, permitindo uma análise das relações desse fenômeno com as desigualdades sociais no país. Avaliando a dinâmica da insegurança alimentar (IA), diferentes estudos envolvendo técnicas estatísticas de modelagem sugerem que, entre os diversos fatores sociodemográficos, a renda foi a variável mais fortemente relacionada à insegurança alimentar (Bezerra; Olinda; Pedraza, 2017; Jesus; Hoffmann; Miranda, 2024; Lignani *et al.*, 2020; Moraes; Lopes; Priore, 2020; Trivelato *et al.*, 2019)..

O papel central da renda na mediação entre fatores sociais e a insegurança alimentar torna relevante a análise da pobreza na Bahia, pois contribui para o entendimento da dinâmica da IA no estado, através de dados que influenciam na dimensão consumo. Considerando que a maior parte dos alimentos são consumidos em refeições realizadas nos domicílios, e que a renda obtida pelos residentes é compartilhada, os domicílios serão considerados em situação de pobreza quando a renda domiciliar per capita for igual ou menor a R\$ 218,00. Esse valor corresponde à linha de pobreza definida para ser beneficiário do Programa Bolsa Família¹.

¹ Definida pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e estabelecida pelo decreto nº 11.566 (Brasil, 2023).

Perspectiva histórica

A Bahia possuía 14,1 milhões de habitantes, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, distribuídos em uma área territorial de 567.295 km². Possui a quarta maior população do Brasil e a 15ª maior densidade demográfica, com 25,04 habitantes por quilômetro quadrado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Em 2023, a população baiana foi estimada em 15 milhões, segundo dados da PNAD Contínua. Nesse ano, 9,2% da população do estado vivia com rendimento domiciliar per capita de até R\$ 218,00. Esse foi o menor percentual, quando analisada a série histórica de 2012 a 2023. O ano de 2021 registrou o pior cenário da série, pois 17,5% da população estava em situação de pobreza. Naquele ano, contribuíram para esse agravamento da situação da população a emergência sanitária da covid-19, que completava seu segundo ano, e foi também o momento em que o Auxílio Emergencial saiu de R\$ 300,00 ou R\$ 600,00 para R\$ 150,00 a R\$ 375,00, dependendo do perfil do beneficiário.

A situação da Bahia parece acompanhar um movimento conjuntural, pois comportamento semelhante foi observado no Brasil e no Nordeste. O ano de 2021 também representou o momento mais crítico da série, em que a pobreza atingiu 9,4% e 18,4% da população do Brasil e do Nordeste, respectivamente. Em 2023, mais da metade da população brasileira que vivia em situação de pobreza saiu dessa condição e o percentual de pobres passou para 4,6%, representando uma queda de 4,8 p.p. em relação a 2021. Algo próximo foi observado no Nordeste, que reduziu esse público para 9,5% dos residentes no território, melhor situação desde 2012 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a)..

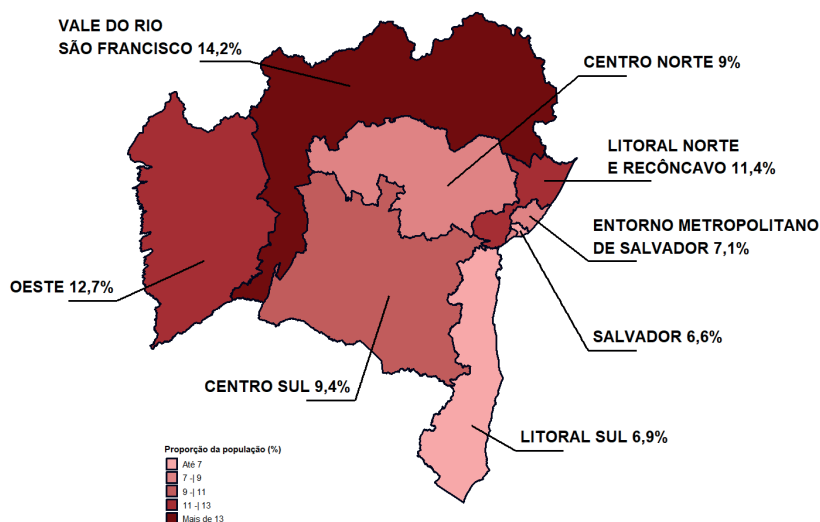
Observando a situação do domicílio, de 2012 até 2014, proporcionalmente, havia mais pessoas na área rural em condição de pobreza em comparação à área urbana, assumindo os percentuais de 5,0% e 4,5%, respectivamente, no último ano. Esse também foi o ano de menor percentual de pobreza na série histórica para a região urbana do estado. A partir de 2015, essa relação se inverte, e o percentual da população em situação de pobreza passa a ser maior na área urbana (5,9%) do que na rural (5,6%). Enquanto o maior percentual de pessoas em situação de pobreza na área urbana (10,1%) foi observado em 2021, na área rural os maiores contingentes registrados foram em 2012 (8,1%) e em 2018 (8,1%). Em 2023, 5,5% da população residente em domicílios urbanos tinha renda per capita menor que R\$ 218,00; já para a população rural, o percentual foi de 3,7%. Para a região rural do estado, esse foi o ano de menor quantitativo de pessoas pobres, desde o início da série em 2012 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a).

A região Nordeste apresentou dados semelhantes aos da Bahia pois, até 2014, a proporção de pessoas pobres na área urbana (5,6%) era menor que na rural (5,9%), se igualaram em 2016 (6,2%) e, a partir de 2017, houve inversão. Em 2023, a área rural apresentou o menor índice de pessoas em situação de pobreza (3,6%). Para a área urbana, a percentagem para 2023 foi de 5,9%, enquanto o menor patamar foi em 2014 (5,6%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a).

No Brasil, o percentual de pobres na área rural permaneceu menor que o da área urbana, não sendo superior a 3,0% entre os anos de 2012 e 2023. O menor contingente de domicílios com renda per capita de até R\$ 218,00 na área urbana foi observado em 2014 (3,2%). Em 2023, o percentual de pessoas em condição de pobreza na área urbana (3,3%) foi quase metade do observado em 2021 (6,5%), pior contingente na série histórica (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a).

Quando analisamos os dados do estado por estratos geográficos,² observamos que o Vale do São Francisco (14,2%) foi o que apresentou o maior percentual de domicílios em situação de pobreza em relação ao total da população da região. Em seguida, aparecem Oeste da Bahia (12,7%), Litoral Norte e Recôncavo Baiano (11,4%) e Centro-Sul da Bahia (9,4%). As regiões de Centro-Norte da Bahia (9,0%), Entorno Metropolitano de Salvador (7,1%), Litoral Sul da Bahia (6,9%) e Salvador (6,6%) foram os estratos que apresentaram proporção de pobres, em relação ao total da população da região, menor que o total do estado (9,2%). Cabe ressaltar que, embora Salvador seja o estrato com o menor percentual de pessoas em situação de pobreza em relação ao total da população da capital, em termos absolutos, a cidade sozinha possui mais pobres (292.400 mil pessoas) que os demais estratos isoladamente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024b).

Figura 1 – Percentual de domicílios em situação de pobreza, em relação ao total da população da região – Bahia – 2024



Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

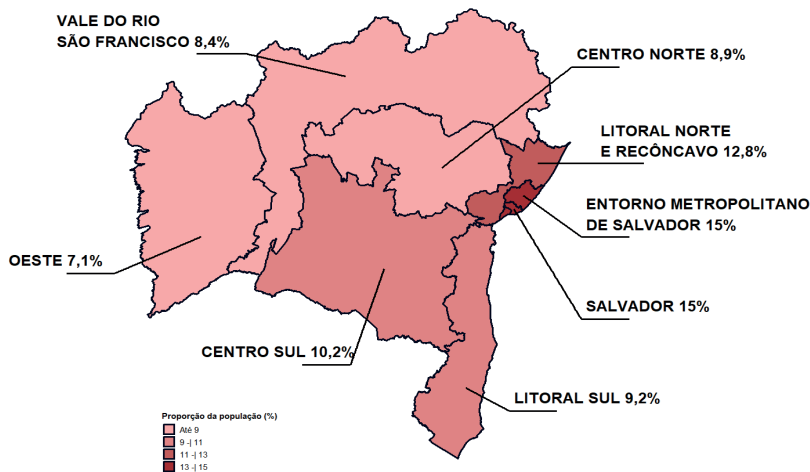
2 Para além dos recortes habituais, tais como Regiões Metropolitanas (que contêm Municípios das Capitais) e Municípios das Capitais, o IBGE recentemente disponibilizou uma subdivisão específica, formada por aglomerados de municípios, denominados estratos geográficos. O estado da Bahia possui oito divisões.

Taxa de desocupação e informalidade

As taxas de ocupação e de informalidade fornecem um importante retrato da realidade do mercado de trabalho do estado, pois mostra³ a capacidade da região em gerar emprego e renda, além de permitir inferir sobre a qualidade desses postos de trabalho e a estabilidade da renda. Postos de trabalho precários impactam no aumento da pobreza pois, caso aqueles indivíduos com menores rendimentos fiquem impedidos de exercer suas atividades, seja por doença ou conjuntura econômica, serão impelidos a uma condição de menor capacidade de subsistência. Além disso, a ocupação em atividades sem contribuição à previdência social limita as chances de aposentadoria.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, referente ao segundo trimestre de 2024, 11,1% da população baiana com 14 anos ou mais estava desocupada. Entre os ocupados, 49,4% estavam realizando atividades informais, ou seja, sem carteira de trabalho assinada ou registro no CNPJ. Analisando por estratos geográficos, a menor taxa de desocupação foi observada no Oeste da Bahia (7,1%), seguida do Vale do Rio São Francisco (8,4%), Centro-Norte da Bahia (8,9%), Litoral Sul da Bahia (9,2%) e Centro-Sul da Bahia (10,2%). Os estratos de Litoral Norte e Recôncavo da Bahia (12,8%), Entorno Metropolitano de Salvador (15,0%) e Salvador (15,0%) apresentaram taxas de desocupação acima da média do estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024b).

Figura 2 – População baiana com 14 anos ou mais estava desocupada – Bahia – 2024

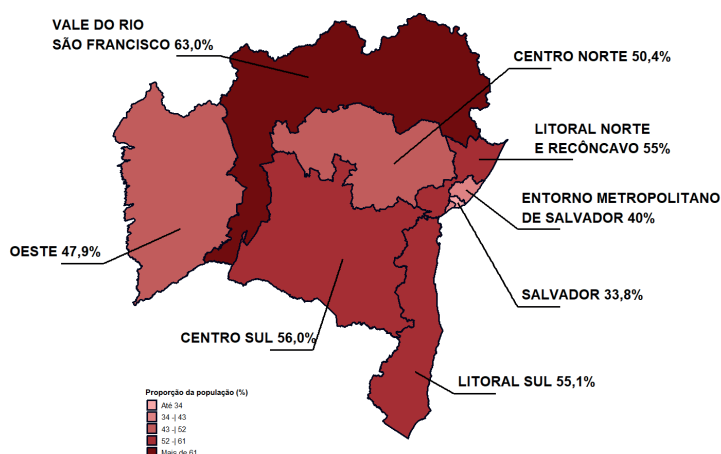


Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

3 Para essa conceituação o IBGE adaptou a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a realidade brasileira e considera as seguintes categorias como informais: empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; trabalhadores por conta própria e empregadores que não contribuem, ambos, para a previdência social; e trabalhadores familiares auxiliares (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024c).

Em relação à informalidade, os estratos em que mais da metade da população ocupada está na informalidade foram: Vale do Rio São Francisco (63,0%), Centro-Sul da Bahia (56,0%), Litoral Sul da Bahia (55,1%), Litoral Norte e Recôncavo da Bahia (55,0%) e Centro-Norte da Bahia (50,4%). Os estratos do Oeste da Bahia (47,9%), Entorno Metropolitano de Salvador (40,0%) e Salvador (33,8%) apresentaram informalidade abaixo da média do estado (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024b).

Figura 3 – Percentual de domicílios em situação de pobreza, em relação ao total da população da região – Bahia – 2024



Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

Avaliando de forma conjunta as informações de desocupação e informalidade, destaca-se que, embora a região do Vale do Rio São Francisco tenha apresentado a segunda menor taxa de desocupação do estado, a estrutura do mercado de trabalho se mostra precária, visto que mais de 60,0% dos ocupados são informais. Em comparação, apesar de a capital da Bahia apresentar o menor percentual de informalidade do estado, a taxa de desocupação foi a maior, juntamente com o Entorno Metropolitano de Salvador (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024b).

Rendimento

O rendimento médio real, habitualmente recebido do trabalho principal e de todos os trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, permite conhecer um pouco mais sobre o mercado de trabalho do estado e dos estratos geográficos, mesmo sendo uma média do rendimento daqueles que trabalham. Dessa forma, não é possível considerar eventuais

valores da produção para autoconsumo, embora seja necessário reconhecer a importância dessa produção para a composição da renda de pequenos agricultores.

No segundo trimestre de 2024, o rendimento médio real do trabalho principal dos baianos foi de R\$ 2.134,00. Quando considerada a média real de todos os trabalhos, o valor passa a ser de R\$ 2.206,00 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024b).

Para os estratos geográficos, os maiores rendimentos médios foram: Salvador (R\$ 2.877,00 do principal e R\$ 2.982,00 de todos os trabalhos), Entorno Metropolitano de Salvador (R\$ 2.675,00 e R\$ 2.720,00) e Oeste da Bahia (R\$ 2.561,00 e R\$ 2.632,00). Os menores rendimentos médios estavam nas seguintes regiões, do menor para o maior: Litoral Norte e Recôncavo da Bahia (R\$ 1.553,00 do principal e R\$ 1.587,00 de todos os trabalhos), Centro-Sul da Bahia (R\$ 1.677,00 e R\$ 1.757,00), Centro-Norte da Bahia (R\$ 1.720,00 e R\$ 1.798,00), Vale do Rio São Francisco (R\$ 1.934,00 e R\$ 1.974,00) e Litoral Sul da Bahia (R\$ 2.055,00 e R\$ 2.121,00) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024b).

Arranjo domiciliar

Considerando o tipo de arranjo domiciliar, o número de domicílios chefiados por mulheres e que estavam em situação de pobreza (renda domiciliar per capita de até R\$ 218,00) variou ao longo do período de 2012 a 2023. Do total de domicílios chefiados por mulheres, 12,3% estavam em situação de pobreza em 2012. Esse percentual atinge o máximo da série (16,9%) em 2021, durante a pandemia, e reduz para 12,2% em 2022. Em 2023, havia 8,7% de domicílios chefiados por mulheres em situação de pobreza, segundo menor quantitativo (o menor foi em 2014, com 8,1% dos domicílios). Examinando aqueles domicílios que são chefiados por mulheres, sem cônjuge e na presença de pelo menos um filho com idade até 14 anos, o percentual em 2012 que vivia em condição de pobreza era de 30,4% dos domicílios. Em 2021 atinge o máximo, com 42,3% dos domicílios nessa condição. Em 2023, reduz para menos da metade de 2021, com 18,4% dos domicílios (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a).

Condições de moradia

Um baixo poder aquisitivo associado a condições impróprias para a saúde torna mais precária a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade. O acesso ao saneamento básico adequado é um fator que interfere na utilização biológica dos alimentos.

O acesso da população a direitos básicos é desigual no estado: em 2022, 14,6% da população baiana residia em domicílios que não eram ligados à rede geral de água. Entre aqueles que estão em situação de pobreza, o percentual sobe para 19,4%. Esses domicílios tinham outra forma de abastecimento de água, como: poço artesiano, água da chuva armazenada em cisternas, tanques, água de rio, açudes ou caminhão-pipa (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022). Esses dados se tornam ainda mais sensíveis quando observado que a insegurança hídrica está fortemente relacionada à insegurança alimentar,

segundo relatório da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022).

O mesmo ocorre em relação ao acesso a esgotamento sanitário. Entre a população total do estado, 42,9% dos domicílios não estavam ligados à rede coletora de esgoto. Nos domicílios com renda per capita de até R\$ 218,00, o percentual foi de R\$ 58,3%. Isso significa que o esgoto do banheiro não estava sendo descartado de forma adequada, podendo estar ligado a fossas rudimentares, onde o esgoto passa por um processo no qual a parte líquida é absorvida pelo próprio terreno ou lançada no terreno para ser absorvida por plantas diversas (como bananeira, por exemplo) ou diretamente em valas, rios ou mar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022).

De acordo com a United Nations Children's Fund (Unicef), a exposição persistente a agentes patogênicos resultantes da ingestão de bactérias fecais, bem como episódios repetidos de diarreia e infecções por vermes intestinais devido à vida em ambientes com más condições de saneamento, podem comprometer a absorção e utilização de nutrientes, mesmo quando os nutrientes adequados estão disponíveis (United Nations Children's Fund, 2024).

A maior parte dos domicílios no estado (83,9%) possui acesso à coleta de lixo de forma direta ou indireta, contudo há distinção entre o urbano e o rural. Enquanto o percentual de domicílios na área urbana foi de 99,3%, na área rural a taxa representou menos da metade dos domicílios (44,1%). Para a população em situação de pobreza, os percentuais são menores. De forma geral, 73,6% dos domicílios do estado em situação de pobreza têm acesso a coleta adequada de lixo. Na área urbana o percentual foi de 98,7% e na área rural representou apenas 36,8% dos residentes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Acesso à energia elétrica está praticamente universalizado no estado. Na Bahia, em 99,2% dos domicílios o acesso a eletricidade era proveniente de rede geral, sendo que na área urbana a proporção era de 99,6% e na área rural, 98,4%. Entre os mais pobres, em geral, o acesso é um pouco menor, contemplando 97,0%. Na região urbana são 99,1%. Entre os domicílios rurais mais pobres, a taxa foi de 93,9% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Outras informações que contribuem para conhecer alguns elementos relacionados à dinâmica da pobreza do estado que podem influenciar a insegurança alimentar são a posse de geladeira e o tipo de combustível utilizado para o preparo dos alimentos.

Entre os domicílios mais pobres do estado, 8,9% não possuem geladeira. Os estratos geográficos que apresentam os maiores percentuais de domicílios sem acesso a esse bem foram: Litoral Sul da Bahia (19,2%), Centro-Sul da Bahia (10,0%), Salvador (9,6%), Vale do Rio São Francisco (9,4%), Oeste da Bahia (9,0%). Aqueles em que a proporção dos domicílios mais pobres que não possuem geladeira foi menor que a do estado foram: Litoral Norte e Recôncavo da Bahia (6,5%), Entorno Metropolitano de Salvador (3,0%) e Centro-Norte da Bahia (2,1%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Essa informação é relevante, pois permite inferir que, considerando apenas as famílias mais pobres, a falta de um equipamento refrigerado para armazenamento pode limitar as escolhas de alimentos para consumo e gerar impactos nutricionais.

Quase 24% dos domicílios baianos não utilizavam gás de cozinha ou eletricidade para o preparo de alimentos. Ou seja, um em cada quatro domicílios utilizava lenha, carvão ou outro combustível para cozinhar. Quando considerados apenas os domicílios com renda domiciliar per capita de até R\$ 218,00, esse percentual sobe para aproximadamente 39%. Em relação aos estratos geográficos, no Oeste da Bahia, cerca de 74% dos mais pobres não utilizam gás de cozinha. Os percentuais em Centro-Sul da Bahia, Vale do Rio São Francisco e Litoral Norte e Recôncavo da Bahia foram aproximadamente 55%, 50% e 40%, respectivamente. Os menores percentuais foram encontrados no Centro-Norte da Bahia (37%) e Litoral Sul da Bahia (42%). O estrato de Salvador não apresentou uma estatística com grau de precisão satisfatório. O preço do gás de cozinha pode ser um dos fatores relevantes na decisão de buscar fontes alternativas para o preparo das refeições, o que reduziria o comprometimento da renda com esse item e libera o orçamento para a aquisição de comida (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023).

Cadastro Único: beneficiários do Bolsa Família e população em situação de rua

O Cadastro Único (CadÚnico) representa uma importante fonte de informações da população de baixa renda do estado. Embora possua limitações, comum aos registros administrativos, como, por exemplo, permitir apenas conhecer as características daqueles que estão cadastrados, o registro viabiliza a identificação de pessoas vulneráveis e facilita a execução da política, na medida em que permite encontrar as famílias.

Com base nos dados do CadÚnico de julho de 2024, a Bahia era o segundo estado com o maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), com o total de 2.461.809 famílias (Brasil, 2024a). Em número de pessoas, o total de beneficiários do PBF era de 6.120.508, o que equivale a cerca de 40,0% da estimativa da população do estado.

Em maior condição de vulnerabilidade, havia 13.700 famílias em situação de rua na Bahia, cadastradas no CadÚnico. Dessas, 11.873 eram beneficiárias do PBF e 13,3% ainda não contavam com o auxílio. Salvador era a cidade com o maior número de famílias cadastradas, abrigando 62,3% (8.531 famílias) do total do estado. Feira de Santana era o segundo município, e registrava 10,0% (1.365 famílias) do total. São famílias que muitas vezes possuem crianças que nasceram nessas condições e adolescentes que só conhecem a experiência de viver nas ruas. Essas pessoas acumulam um significativo número de ausência de direitos, necessitando de políticas específicas para garantir a segurança alimentar (Brasil, 2024b; Borges; Conceição; Ferreira, 2022).



PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DA BAHIA

Em 2022, o Brasil voltou ao mapa da fome e as ações de enfrentamento tornaram-se ainda mais urgentes. Mais de 33 milhões de brasileiros passavam fome (insegurança alimentar grave), de acordo com os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022). A pesquisa anterior, produzida em 2021, já mostrava os efeitos da pandemia, visto que 19,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar grave, segundo os critérios da Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021). Resultado da descontinuidade de políticas públicas, agravamento da crise econômica e ampliação das desigualdades sociais, em um ano, mais de 14 milhões de brasileiros passaram para a condição de fome no país. A Rede Penssan, nesse cenário de ausência de informações, realizou um importante trabalho em dimensionar o problema da fome.

Com o intuito de aprofundar a compreensão da segurança alimentar e garantir indicadores atualizados e periódicos sobre o acesso à alimentação adequada no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), investigou, no quarto trimestre de 2023, o tema Segurança Alimentar no Brasil, a partir da inclusão de um módulo específico que permitiu uma nova aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Esta é a primeira vez que a PNAD Contínua disponibiliza resultados segundo os critérios da EBIA, mas quatro divulgações anteriores do IBGE já abordaram o tema segurança alimentar segundo essa escala: os Suplementos sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que fizeram parte da PNAD em 2004, 2009 e 2013, além da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024).

Dessa forma, serão apresentados dados sobre a Bahia no período de 2004 a 2023, considerando os dados divulgados pelo IBGE e pela Rede Penssan⁴, a fim de conhecer a trajetória da insegurança alimentar no estado.

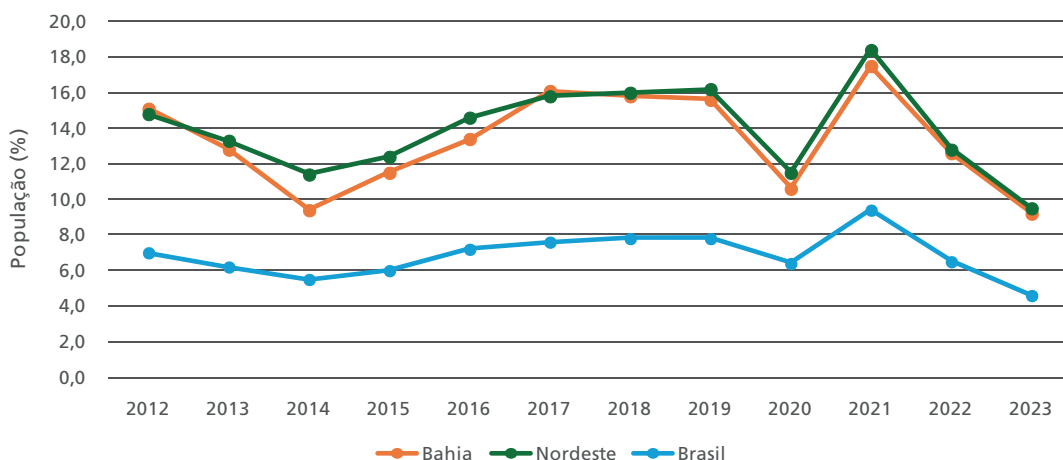
4 Ressalta-se que as pesquisas possuem diferenças na metodologia de aplicação como, por exemplo, o tamanho da amostra utilizada pelo IBGE e pela Rede PENSSAN. Contudo, as duas pesquisas realizaram a aplicação da EBIA de forma compatível, o que permite a comparação, com alguma cautela em relação às análises.



PERSPECTIVA HISTÓRICA

Observa-se declínio na proporção de domicílios com insegurança alimentar na Bahia entre 2004 e 2023. Até 2013, o percentual passou de 50,2% para 41,2% e chegou a 37,8%. Contudo, em 2018 voltou a subir, alcançando 45,3% dos domicílios do estado. No período atípico da pandemia de covid-19, atingiu o alarmante percentual de 62,6% obtido pela Rede PENSSAN. Em 2023, a PNAD Contínua mostra que esse contingente caiu para 40,0% dos lares.

Gráfico 1 – Proporção da população com renda domiciliar per capita de até R\$ 218,00(1) – Bahia, Nordeste e Brasil – 2012-2023



Fonte: IBGE/PNAD Contínua - acumulados de primeiras visitas, exceto 2020-2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de covid-19.

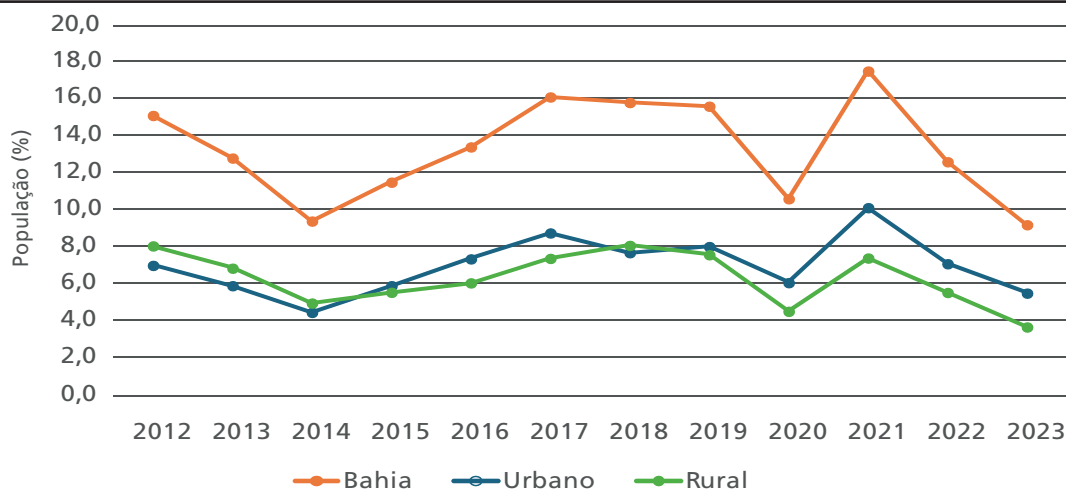
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

Notas: exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Rendimento a preços médios de 2023.

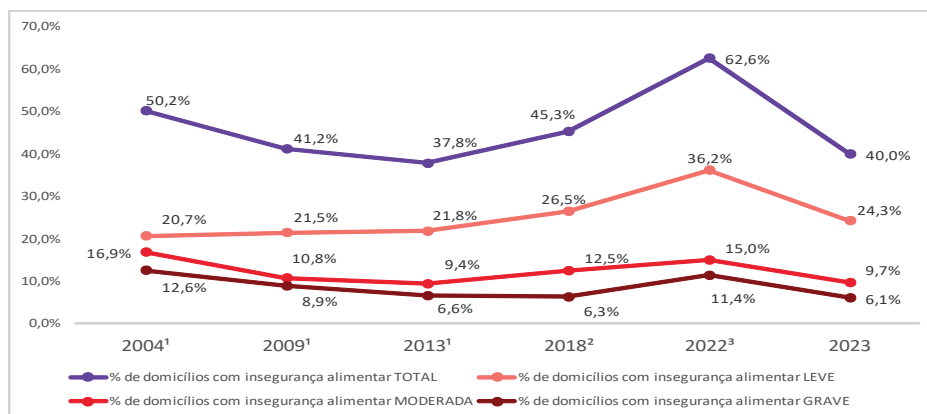
(1) Linha de pobreza qualificada para o PBF, estabelecida pelo Decreto nº 11.566 (Brasil, 2023).

Gráfico 2 – Proporção da população com renda domiciliar per capita de até R\$ 218,00(1), por situação de domicílio – Bahia – 2012-2023



Fonte: IBGE/PNAD Contínua - acumulados de primeiras visitas, exceto 2020-2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de covid-19.
 Elaboração: SEI/Dipeq (2024).
 Notas: exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
 Rendimento a preços médios de 2023.
 (1) Linha de pobreza qualificada para o PBF, estabelecida pelo Decreto nº 11.566 (Brasil, 2023).

Gráfico 3 – Proporção de domicílios com insegurança alimentar – Bahia – 2004-2023



Fonte: para os anos de 2004 a 2013, (1) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Suplemento de Segurança Alimentar - IBGE. Para 2018, (2) Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - IBGE. Para 2022, (3) II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) - Rede Penssan. Para 2023, módulo de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).

A desagregação por graus de insegurança alimentar permite evidenciar a tendência de queda do percentual de domicílios com IA grave de 2004 até 2018 (de 12,6% para 6,3%). O percentual se eleva em 2022 para 11,4%, mas apresenta o patamar mais baixo, desde o início da série, em 2023 (6,1%). A IA moderada diminui nos anos de 2009 e 2013, em comparação a 2004 (de 16,9% para 10,8% e depois 9,4%), mas se eleva em 2018 e 2022. Contudo, é possível perceber a redução em 2023 (9,7%). Em contrapartida, revela elevação

da insegurança alimentar leve que, em 2004, registrou 20,7%, e em 2023 atingiu 24,3% dos domicílios baianos.

Em pesquisa anterior, no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), divulgada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2022), 36,2% dos domicílios baianos estavam em situação de IA leve, enquanto 15,0% apresentavam IA moderada. Aqueles que experimentavam IA grave eram 11,4% dos domicílios do estado.

Em comparação, de 2022 para 2023 houve uma redução de domicílios baianos nos três níveis de insegurança alimentar: de 36,2% para 24,3% com IA leve; de 15,0% para 9,7% com IA moderada; e de 11,4% para 6,1% com IA grave. Os resultados indicam uma evolução dos níveis de segurança alimentar no pós-pandemia.

A análise dos indicadores de IA na série histórica mostra uma tendência de queda, principalmente se comparada ao aumento observado no período da pandemia. O retorno da economia e das atividades que, considerando os mais pobres, eram exercidas por trabalhadores informais, a reativação de políticas de segurança alimentar pelo governo federal e o aumento do valor do Bolsa Família podem ter apresentado alguma influência nessa redução, embora ainda seja cedo para estimar os efeitos de cada uma delas. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) faz o monitoramento e estabelece que entram para o mapa da fome os países nos quais a situação atinge mais de 2,5% da população. Há muito o que ser feito para melhorar as condições de segurança alimentar no Brasil e na Bahia.

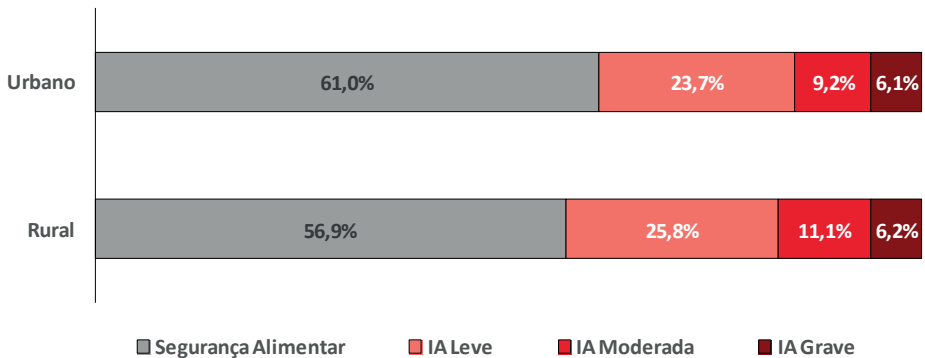




INSEGURANÇA ALIMENTAR NA BAHIA EM 2023

Os resultados apontam que em 40,0% dos domicílios baianos, a garantia de acesso à alimentação em quantidade e qualidade adequadas não estava sendo atendida. São mais de 2,2 milhões de domicílios com algum grau de insegurança alimentar (IA). A insegurança alimentar medida pelo IBGE apresenta três níveis: Insegurança Alimentar Leve (IA leve), quando existe uma incerteza sobre a capacidade de conseguir alimentos e/ou uma inadequação da qualidade desses alimentos; Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada), quando a qualidade, a variedade e a quantidade dos alimentos ingeridos se reduzem de forma drástica; e Insegurança Alimentar Grave (IA grave), quando os membros do domicílio passam um dia ou mais sem acesso a nenhum tipo de alimento, podendo chegar à ocorrência de fome. A experiência mais grave de insegurança alimentar foi relatada em 6,1% dos domicílios, o que significa que pode ter havido fome em cerca de 339 mil lares baianos. Destaca-se que este número representa o menor valor da série medida pelo IBGE, com início em 2004. A série completa será abordada na seção Contexto Histórico. A ocorrência de IA moderada atingiu 9,7% (537 mil) dos domicílios, enquanto a IA leve era realidade para 24,3% (1,346 milhão) dos domicílios.

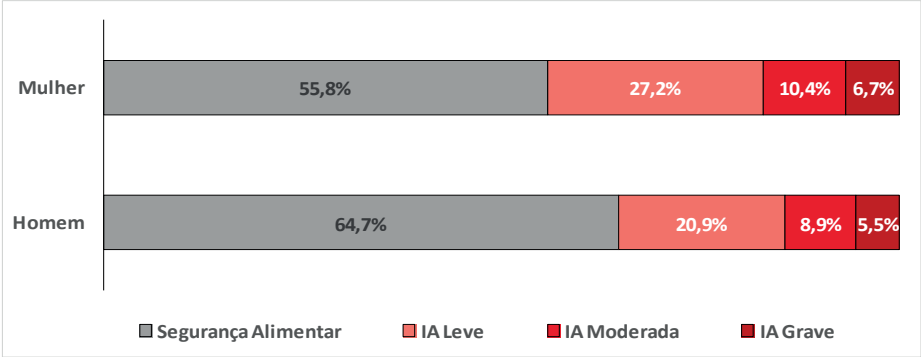
Gráfico 4 – Insegurança alimentar do domicílio, por situação do domicílio (urbano e rural) – Bahia – 2023



Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dípeq (2024).

Quando analisado o número de moradores, os dados evidenciaram que 844 mil indivíduos (5,6% da população baiana), enfrentavam IA grave em 2023. Para a IA moderada, esse total foi de 1,455 milhão de pessoas (9,6% da população). Aqueles moradores que estavam em situação de IA leve corresponderam a 4,062 milhões (26,9% da população).

Gráfico 5 – Insegurança alimentar do domicílio, por sexo dos responsáveis – Bahia – 2023



Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

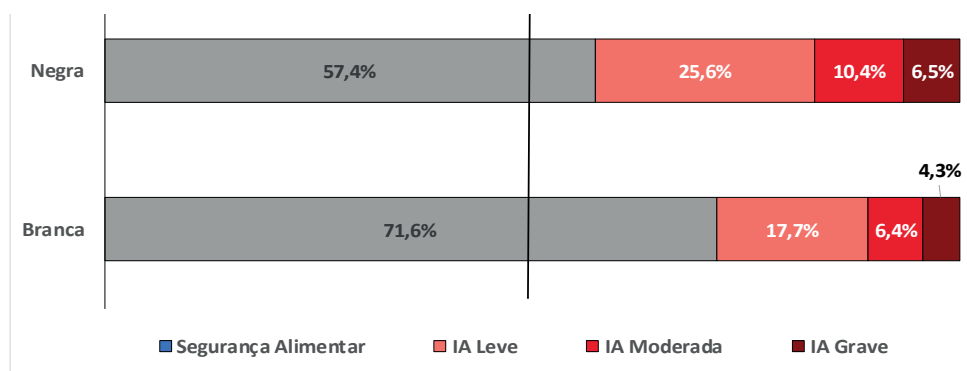


PERFIL DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NA BAHIA EM 2023

Situação do domicílio

A maior proporção dos domicílios baianos com ocorrência de algum nível de insegurança alimentar encontra-se na zona rural. Em 2023, 43,1% dos domicílios rurais do estado apresentaram algum grau de IA, frente a 39% dos domicílios urbanos. Quando se analisa a IA grave, porém, as diferenças são menos significativas. Em 6,2% dos domicílios rurais do estado (86 mil) houve maior dificuldade de acesso a alimentos, podendo ter ocorrido fome. Em domicílios urbanos, o percentual chegou a 6,1% (254 mil domicílios). A insegurança alimentar moderada atingiu 11,1% dos domicílios rurais (155 mil) e 9,2% dos domicílios urbanos (381 mil), enquanto a IA leve atingiu 25,8% dos domicílios (360 mil) localizados em áreas rurais, frente a 23,7% (985 mil) dos domicílios em áreas urbanas. Em 2023, a insegurança alimentar foi maior, proporcionalmente, na zona rural do estado.

Gráfico 6 – Proporção de domicílios, por cor/raça do responsável pelo domicílio e condição de segurança alimentar existente no domicílio – Bahia – 2023



Fonte: IBGE (2024b).

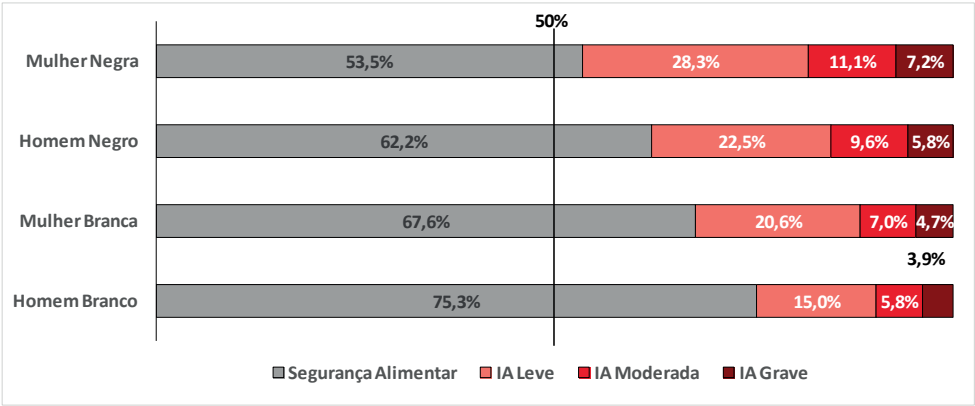
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

Notas: Cor/raça negra inclui pretos e pardos.

Sexo do responsável pelo domicílio

Nos domicílios em que as mulheres eram as responsáveis, a ocorrência de insegurança alimentar foi maior em todos os níveis. Enquanto nos domicílios do estado chefiados por mulheres o percentual que apresentou algum nível de insegurança alimentar foi de 44,2%, aqueles em que os homens eram os responsáveis foi de 35,3%, em 2023. Para elas, isso correspondeu a 27,2% dos domicílios com IA leve, 10,4% de IA moderada e 6,7% de IA grave. Em contrapartida, a maior parte dos lares em que os homens são chefes de família apresentam segurança alimentar (64,7%) maior do que entre as mulheres (55,8%).

Gráfico 7 – Proporção de domicílios, por sexo e cor/raça do responsável pelo domicílio e condição de segurança alimentar existente no domicílio – Bahia – 2023



Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

Cor ou raça do responsável pelo domicílio

A ocorrência de segurança e insegurança alimentar se dá em diferentes níveis ao olhar para a cor/raça dos responsáveis pelos domicílios. Para os domicílios em que os responsáveis se auto-declararam brancos, a incidência de segurança alimentar ocorreu em 71,6%. Já para aqueles domicílios chefiados por negros, a incidência de segurança alimentar ocorreu em 57,4%.

Existe uma proporção maior de encontrar um domicílio em IA cujo responsável é um negro. De fato, o percentual de domicílios chefiados por pessoas negras em IA, e em todos os graus na escala, de leve até onde a fome existiu, supera o de brancos. A fome na Bahia tem cor/raça, e essa é preeminentemente negra.

O cruzamento das características dos responsáveis pelos domicílios permite verificar que os domicílios com a maior proporção de ocorrência de insegurança alimentar, em todos os seus níveis, são aqueles chefiados por mulheres negras. Em 7,2% dos domicílios baianos chefiados por mulheres negras houve a ocorrência do pior nível de IA, aquele relacionado à fome. Em 11,1% desses domicílios houve IA moderada e em 28,3% houve a ocorrência de IA leve no ano de 2023.

Instrução

O grau de instrução do responsável pelo domicílio é uma variável importante na situação de segurança alimentar. Nos domicílios com segurança alimentar encontrou-se chefias com nível de instrução mais elevado do que nos lares com presença de insegurança alimentar.

Aproximadamente 16,3% dos responsáveis pelos domicílios em segurança alimentar possuem ensino superior completo, contra 4,9% das chefias dos lares sem segurança alimentar. De fato, 64,9% dos domicílios em IA têm chefes com grau de instrução igual ou inferior a Ensino médio incompleto ou equivalente.

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal do responsável pelo domicílio

Comparando os domicílios com segurança com os lares sem segurança alimentar, relativamente com os seus respectivos totais, predominaram na segurança os responsáveis por domicílios nas ocupações Conta própria (18,0%), Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada (14,6%) e o Empregado no setor público, inclusive servidor estatutário e militar (9,7%),

Nos lares em IA, observa-se, além da importância dos trabalhadores por Conta própria (15,7%), a presença da categoria Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada (11,6%) como ocupação dos responsáveis.

Tabela 1 – Proporção (%) de pessoas por faixa de idade e condição de segurança alimentar existente no domicílio – Bahia – 2023

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Total	Faixa de idade				
		0 a 4 anos	5 a 17 anos	18 a 49 anos	50 a 64 anos	65 anos ou mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	57,8	51,2	50,0	58,0	59,8	71,5
Com insegurança alimentar	42,2	48,7	50,0	42,0	40,2	28,5
Com insegurança alimentar leve	26,9	33,8	32,5	27,2	22,7	18,0
Com insegurança alimentar moderada	9,6	9,1	10,8	9,6	10,5	6,8
Com insegurança alimentar grave	5,6	5,7	6,7	5,1	7,1	3,6

Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

Tabela 2 – Proporção (%) de moradores e condição de segurança alimentar existente no domicílio – Bahia – 2023

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Total	Moradores		
		Até 3	De 4 a 6	7 ou mais
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	60,0	62,1	54,0	44,4
Com insegurança alimentar	40,0	37,9	45,9	55,6
Com insegurança alimentar leve	24,3	21,9	31,2	33,3
Com insegurança alimentar moderada	9,7	9,7	9,3	(1)
Com insegurança alimentar grave	6,1	6,3	5,5	(1)

Fonte: IBGE (2024b).
Elaboração: SEI/Dipeq (2024).
Nota: (1) Resultados omitidos devido à baixa precisão das estimativas.

As ocupações com carteira assinada e dos estatutários dos responsáveis por domicílios com segurança alimentar podem sugerir rendas mais estáveis.

Faixa de idade dos moradores

Em relação à faixa etária dos moradores, observou-se uma maior ocorrência, em termos proporcionais, de insegurança alimentar em pessoas com até 17 anos. Para 48,7% da população baiana entre 0 e 4 anos, foi verificado algum nível de IA. Para a população entre 5 e 17 anos, o percentual de ocorrência de IA foi de 50%. A população adulta e idosa apresentou uma proporção menor em situação de insegurança alimentar, sendo 42,0% da população entre 18 e 49 anos, 40,2% da população entre 50 e 64 anos e 28,5% da população acima de 65 anos. A insegurança alimentar na Bahia, em 2023, atingiu mais fortemente os mais jovens, incluindo crianças e adolescentes, o que traz preocupação em termos de possíveis atrasos no crescimento e dificuldades de aprendizado.

Número de moradores

O número de moradores em um domicílio também se mostra relevante para ocorrência de insegurança alimentar. Em 55,6% dos domicílios com sete ou mais moradores, houve incidência de algum nível de IA. Em domicílios com até três moradores, a ocorrência foi em 37,9%, enquanto 45,9% dos domicílios entre quatro a seis moradores apresentaram IA em 2023.

Tabela 3 – Segurança alimentar do domicílio, por situação do domicílio (urbano e rural) e renda mensal domiciliar per capita – Bahia – 2023

Situação do domicílio	Rendimento mensal domiciliar per capita	Situação de segurança alimentar existente no domicílio								
		Total	Segurança alimentar		Insegurança alimentar		Insegurança alimentar leve		Insegurança alimentar moderada ou grave	
			Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Total	Total	5.543	3.323	60,0	2.219	40,0	1.343	24,2	876	15,8
	Até ¼ salário mínimo	807	281	34,8	526	65,2	247	30,6	279	34,6
	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	1.214	543	44,7	671	55,3	415	34,2	256	21,1
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.664	1.032	62,0	632	38,0	417	25,1	215	12,9
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.318	981	74,4	337	25,6	220	16,7	117	8,9
	Mais de 2 salários mínimos	540	487	90,1	53	9,9	44	8,1	*	*
Urbana	Total	4.148	2.530	61,0	1.618	39,0	983	23,7	635	15,3
	Até ¼ salário mínimo	498	167	33,6	331	66,4	145	29,2	186	37,3
	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	846	360	42,6	485	57,4	308	36,5	177	20,9
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	1.258	769	61,2	489	38,8	314	25,0	175	13,9
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	1.047	780	74,5	267	25,5	177	16,9	90	8,6
	Mais de 2 salários mínimos	499	453	90,7	46	9,3	38	7,7	*	*
Rural	Total	1.395	794	56,9	601	43,1	360	25,8	241	17,3
	Até ¼ salário mínimo	309	114	36,8	195	63,2	101	32,8	94	30,4
	Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	368	182	49,6	186	50,4	107	29,1	79	21,4
	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	406	263	64,7	143	35,3	103	25,4	40	9,8
	Mais de 1 a 2 salários mínimos	271	201	74,1	70	25,9	43	15,9	27	10,0
	Mais de 2 salários mínimos	41	34	82,5	7	17,5	*	*	*	*

Fonte: IBGE (2024b).

Elaboração: SEI/Dipeq (2024).

Nota: salário mínimo vigente em 2023 no valor de R\$ 1.302,00.

* Resultados omitidos devido à baixa precisão das estimativas.

Renda mensal domiciliar per capita

Quanto menor a renda, maior a chance de o domicílio estar em insegurança alimentar. Entre aqueles que a renda domiciliar per capita era de até ¼ do salário mínimo, 65,2% apresentavam algum nível de insegurança alimentar, sendo 30,6% de insegurança leve e 34,6% moderada ou grave. Com o aumento da renda domiciliar per capita, o percentual de insegurança moderada ou grave reduz. Na faixa de mais de ¼ a ½ salário mínimo, o percentual de domicílios com insegurança moderada ou grave era de 21,1%, uma diferença de 13,5 pontos percentuais em relação à faixa anterior. Para aqueles com mais de ½ a um salário, a percentagem cai para 12,9%. Com a renda de mais de um a dois salários mínimos, o percentual foi de 8,9%. Para aqueles com mais de dois salários, os valores não foram significativos.

Considerando a situação do domicílio, havia uma proporção maior de domicílios com renda domiciliar per capita de até ¼ do salário mínimo em insegurança alimentar moderada ou grave na região urbana (37,3%), em comparação com a região rural (30,4%). Para as duas regiões, quanto maior o rendimento menor o percentual de domicílios em insegurança alimentar. Contudo, observa-se que entre os domicílios urbanos com renda domiciliar per capita de mais de um e até dois salários mínimos, o percentual em insegurança alimentar moderada e grave é menor (8,6%) em comparação aos domicílios rurais em mesmo nível de insegurança alimentar.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo deste trabalho tratar a segurança alimentar e nutricional como um tema complexo, que necessita do maior número de elementos para ser caracterizado. Foram reunidas informações relacionadas aos domicílios, características socioeconômicas dos moradores como escolaridade, raça/cor, a distribuição e acesso à renda, condições de moradia e acesso a programas sociais.

A PNAD Contínua módulo de segurança alimentar para 2023 revelou que no perfil dos responsáveis pelos domicílios em que existe algum grau de IA predominam pessoas com baixo grau de instrução, mulheres, negros e proporcionalmente habitantes de áreas rurais do estado. Essas informações precisam ser monitoradas continuamente, com o objetivo de identificar os resultados obtidos e as necessidades de ajustes nas políticas públicas para mitigar a fome.

Considerando os diferentes públicos (população residente em domicílios particulares permanentes e pessoas em situação de rua), espera-se que o Estado desenvolva ações que garantam o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), com diversidade de estratégias que articulem melhorias na educação, saúde e transferência de renda, mas, principalmente, políticas de melhoria do emprego e da renda.

Como as informações específicas sobre segurança alimentar foram coletadas no ano de início do Programa Bahia sem Fome, 2023, ela serve de linha de base, de insumo para monitoramento da evolução dos resultados dessa importante política pública.





REFERÊNCIAS

BEZERRA, Thaíse Alves; OLINDA, Ricardo Alves de; PEDRAZA, Dixis Figueroa. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 637-651, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rzZKSfNkKfPnKWpWgV9Hrsc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BORGES, Lis Helena de Souza; CONCEIÇÃO, Silvânia Ferreira; FERREIRA, Victor Baralle. População em situação de rua na Bahia em 2021 – perfis sociodemográficos dos (in) visíveis cadastrados no CadÚnico. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 32, n. 1, p. 92-119, jan.-jun. 2022. Disponível em: https://www.ba.gov.br/sei/sites/site-sei/files/2025-06/bad_v32_n1_i.pdf. Acesso em: 1 jan. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.566, de 16 de junho de 2023. Regulamenta a Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, para disciplinar a gestão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família e a administração de seus pagamentos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.566-de-16-de-junho-de-2023-490337261>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*: total de pessoas e famílias beneficiárias do Bolsa Família Brasil e Unidades Federativas 2024a. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 30 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*: população em situação de rua inscritas no Cadastro Único 2024b. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 30 ago. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Bahia*: população. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 10 abr. 2023a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022.. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/448a4b1b10d3cba64647966eb2772316.pdf. Acesso em: 25 out. 2023;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: microdados 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/2022/. Acesso em: 1 mar. 2023b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: microdados 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/2023/. Acesso em: 3 maio 2024a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*: microdados 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2024/. Acesso em: 30 ago. 2024.

JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, DF, v. 2, n. 4, p. e281936, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/W9DRqD5GVNYQYgNck47nz5B/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

LIGNANI, Juliana de Bem *et al.* Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 23, p. e200068, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/KgFNGtxzk9n5RnFBxzqccTb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MORAIS, Dayane de Castro; LOPES, Sílvia Oliveira; PRIORE, Silvia Eloíza. Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2687-2700, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n7/2687-2700/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: Módulo Segurança Alimentar - quarto trimestre de 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Trimestre Acesso em 25 abr. 2024b.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: notas técnicas. Versão 1.7. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101708_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil: suplemento I: insegurança alimentar nos estados. In: INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL, 2., 2022, São Paulo. *Trabalhos apresentados* [...]. São Paulo: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil. In: INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL, 2021, São Paulo. *Trabalhos apresentados* [...]. São Paulo: Rede Penssan, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 6 mar. 2023.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Portaria nº 04 de 24 de janeiro de 2023. O Diretor Geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI, no uso de suas atribuições, Cria o Grupo de Trabalho da SEI para elaboração de diagnóstico e produção de evidências científicas a fim de subsidiar a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas destinadas a erradicação da miséria, redução da pobreza e o combate a fome no Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado*, Salvador, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/ver-html/15371/#e:15371>. Acesso em: 10 abr. 2023.

TRIVELLATO, Paula Torres et al. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro. v. 24, p. 865-874, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n3/865-874/pt/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. *Strengthening water and sanitation systems to improve child nutrition and development outcomes*: brief technical guidance. New York: Unicef 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/strengthening-water-and-sanitation-systems-improve-child-nutrition-and-development-outcomes>. Acesso em: 19 ago. 2024.

